

Ministro discute hoje anuidades escolares

BRASÍLIA — Os dirigentes da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), que reúne 35 mil escolas particulares, não passarão ao Ministro da Educação, Hugo Napoleão, na reunião que terão hoje em Brasília, as informações que ele solicitara sobre os critérios que usaram para aumentar as mensalidades escolares em dezembro do ano passado e em março.

Em lugar da informação solicitada pelo Ministério da Educação, a Fenen e os sindicatos levarão à reunião um balanço da situação das escolas, em cada Estado. Segundo o Presidente da Fenen, Roberto Dornas, o Ministério não concedeu tempo suficiente para que fosse feito um levantamento detalhado do problema.

Além dos sindicatos estaduais dos estabelecimentos de ensino e da Fenen,

foram convocados para o encontro de hoje com o Ministro os Presidentes da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc), Padre Laércio Moura; e da Associação Brasileira de Mantenedores (ABM), professor Cândido Mendes.

Um assessor de Hugo Napoleão informou que poderá ser pedida ao Presidente José Sarney a revogação do decreto 95.720, que instituiu a "liberdade vigiada" para os reajustes de mensalidades escolares. Mas os empresários de ensino são contra isso:

— O Decreto 95.720 ainda é muito recente para se pensar na sua revogação. Ele não foi exercitado. As associações de pais e mestres ainda não fizeram suas denúncias e os conselhos estaduais, consequentemente, não tiveram

o que fiscalizar — argumentou Dornas, em nome da federação.

O Secretário Geral do MEC, Hélio Matos, esclareceu que os demonstrativos exigidos das escolas pelo Ministério, sobre os preços que estão sendo cobrados, permitirão identificar os abusos cometidos por alguns estabelecimentos de ensino.

— O Ministério da Educação está acompanhando o problema e recebendo, das partes interessadas, sugestões para aplicar uma política de preços — afirmou Matos.

● **JUSTIÇA** — A Federação das Associações de Pais e Mestres dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Rio Grande do Sul está aconselhando as entidades a recorrerem à Justiça contra os reajustes abusivos das mensalidades, praticados por diversas escolas. Vários colégios fixaram reajustes acima de 500 por cento e até de mil por cento.